



Cyro Vidal, presidente da Associação dos Delegados, defende a ação da polícia civil

Polícias civis e militares disputam garantia da ordem

Brasília — A Subcomissão dos Estados da Assembléia Constituinte foi palco ontem, da disputa entre as polícias civil e militar pela manutenção da ordem e seguranças públicas dos estados. Enquanto os civis continuam querendo responder inteiramente pela função, achando que os militares deviam voltar aos quartéis, estes lutam pela manutenção de sua exclusividade no policiamento ostensivo alegando experiência adquirida.

Na mais concorrida audiência pública realizada na manhã de ontem no corredor das subcomissões da Constituinte, localizado na Câmara dos Deputados, comandantes de PMs estaduais e representantes de delegados policiais defendiam suas posições e criticavam-se ao microfone.

Foram debatidos temas polêmicos, como o automático apoio das PMs estaduais às Forças Armadas em caso de um golpe militar, por exemplo. Os comandantes das corporações estaduais defendem a sua mobilização somente por determinação do Poder Legislativo e não simplesmente das Forças Armadas. De acordo com o chefe do gabinete militar do governo de Goiás, coronel Nelito Barbosa, este pensamento é consenso.

Mas duas outras questões acirram a disputa: quem faz o quê e quem manda em

quem? Segundo proposta do presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Brasil, Cyro Vidal Soares da Silva, "a polícia civil dos estados, territórios e do Distrito Federal responderá pela manutenção da ordem e segurança pública e atuará preventiva ou repressivamente, exercendo também as atribuições de polícia judiciária na apuração das infrações penais e sua autoria na órbita civil".

Já o representante da PM de Goiás, coronel Lúcio Borges, defende para os militares "a competência exclusiva para o exercício e controle da polícia ostensiva", sendo que, aos policiais civis caberia a ação pós-delito (investigatória). Alegando experiência para o policiamento ostensivo e repressivo, os policiais militares afirmam que os civis se transformariam em "bandos fardados", sem organização, obediência hierárquica ou preparo para a ação".

Os policiais civis defendem o retorno dos militares aos quartéis, que seriam acionados — em caso de necessidade — pela Secretaria de Segurança Pública. Os PMs querem obedecer diretamente aos governadores, como um "órgão independente de qualquer outro". O Exército, por sua vez, não quer abrir mão de sua autoridade sobre as PMs estaduais, que são suas forças auxiliares de reserva.

ANC 88
Pasta 24 a 30
Abril/87
100